

# Um cidadão modelar

A. DE LYRA TAVARES

DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A lembrança mais firme e marcante que eu guardarei sempre de Thomas Othon Leonardos, levado pela morte na sua implacabilidade, é a do cidadão que ele foi, no caráter, no civismo, na convivência imperturbavelmente afável e na família exemplar, que constituiu e educou.

Conheci-o, sem pertencemos à mesma turma, em 1927, como estudante na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, então dirigida pelo Conde de Afonso Celso, mas era o bar do Lamas, no Largo do Machado, o ponto habitual de encontro e de conversas dos colegas da Faculdade. A minha amizade com o Thomas nasceu aí, das afinidades que nos identificavam, crescendo na admiração em que eu o tinha. Ele foi dos que não seguiram nenhuma carreira na vida pública. Depois de diplomado, seu destino foi a advocacia especializada e a de homem de Empresa, como sócio-gerente do Escritório Monsen-Leonardos e Presidente das Lojas Americanas S.A.

A verdade é, porém, que essas atividades, integral e responsabilmente exercitadas, como dever maior, não o privaram dos lazeres da sua vocação de homem de estudos e de escritor, como o demonstram os livros que nos legou, sobretudo no campo da literatura e da história, entre os quais destacamos os romances "Os inadaptados", premiado pela Academia Brasileira de Letras e "Dona Beija, a feiticeira de Araxá", transformado em novela, que foi transmitida com grande sucesso, pela televisão. Ele escreveu, também, um excelente perfil histórico sobre o "Regente Feijó", uma biografia do Conde de Afonso Celso que, além de Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico, foi, ao nosso tempo, Diretor da Faculdade de Direito do Catete.

Mas, o grande e permanente assunto que predominava no espírito, nas leituras e nas preocupações de Thomas era o Brasil, nos seus rumos e nos seus problemas,

até hoje sem solução, tendo, talvez por isso, enveredado pelos estudos da Ciência Política, com base nos quais proferiu uma Conferência na Escola Superior de Guerra, em 9 de abril de 1964, sobre o tema: "Sugestões para o Presidencialismo Brasileiro".

Quando ele exerceu a Presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1968 e 1969, foi precisamente no período em que eu fui o Ministro do Exército, passando a integrar, nos dois últimos meses, a chamada Junta Militar que governava o País, entre o impedimento e a morte do Presidente Costa e Silva. Essa coincidência, por obra do destino, foi benéfica para as duas Instituições pelas quais éramos os responsáveis, permitindo-nos substituir, quando fosse o caso, os canais burocráticos pelas comunicações diretas e francas entre o Presidente do Instituto dos Advogados e o Ministro do Exército, de modo a evitar, prontamente, desde o nascedouro, qualquer mal-entendido.

No fim do Governo passado surgiu em Brasília a idéia de abolir, sob argumento de ordem técnica, a cerimônia do hasteamento da Bandeira do Brasil no Mastro Monumental na qual se representavam os Estados, o que despertava o espírito cívico nos moradores da Praça dos Três Poderes da Capital Federal de um País-continente. Choveram os protestos, em Brasília e por todo o País. Entramos nessa Campanha, vários amigos, a começar pelo advogado que impetrou uma ação popular, o Thomas, eu, que escrevi em jornal que Brasília, pela pressa da construção, era uma cidade sem símbolos e monumentos históricos, como ocorre nas velhas Capitais.

Esse foi o assunto, nas nossas conversas telefônicas, por algum tempo, até que dele recebi uma fotografia da Bandeira devidamente hasteada em Brasília, no Mastro Monumental, com estas palavras do seu próprio punho: "Caro Aurélio (ver anexo). Essa Bandeira é duas vezes nossa Bandeira: Primeiro porque somos brasileiros, e segundo por que ela continua ali fincada graças ao nosso (sobretudo aos seus esforços). Abraços. Thomas."